

PRÁTICAS DE LINGUAGEM NO CONTEXTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO EM UM INSTITUTO FEDERAL: PLACAS DE SINALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS GLOTOPOLÍTICOS

LANGUAGE PRACTICES IN THE CONTEXT OF INTERNATIONALIZATION IN A FEDERAL INSTITUTE: SCHOOL SIGNS AND THEIR GLOTOPOLITICAL EFFECTS

Carlos Fabiano de Souza*¹

RESUMO

A partir do suporte teórico-metodológico da sociologia do discurso do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2016; VOLÓCHINOV, 2017), no que toca especialmente à questão da *expressividade*, em diálogo com a *abordagem glotopolítica* (GUESPIN, MARCELLESI, 1986), este texto busca tecer algumas reflexões em torno do objeto de estudo *práticas de linguagem em placas de sinalização em espaços físicos escolar*. Toma-se por base o contexto de internacionalização em um instituto federal tecnológico, com o intuito de compreender, por meio de uma lente discursivo-dialógica, quais os efeitos glotopolíticos implicados em práticas dessa natureza. Assume-se que essas práticas atuam como uma forma de intervenção política na paisagem linguística escolar (SPOLSKY, 2004), sendo fruto, portanto, de escolhas nada aleatórias, decisões tomadas aprioristicamente que, no caso do material analisado, dá a ver a opção por quais línguas privilegiar nas placas de sinalização nos ambientes dessa instituição, bem como a ordem de prioridade em que elas tendem a se inscrever nas placas em análise.

Palavras-chave: sociologia do discurso do Círculo de Bakhtin; abordagem glotopolítica; placas de sinalização escolar.

ABSTRACT

Based upon the theoretical-methodological support of the sociology of discourse by the Bakhtin Circle (BAKHTIN, 2016; VOLÓCHINOV, 2017), especially concerning the notion of *expressiveness*, in dialogue with the *glotopolitical approach* (GUESPIN, MARCELLESI, 1986), this paper aims at raising some reflections on the *language practices within school signs*. We take into account the context of internationalization at a technological federal institute in

* Instituto Federal Fluminense, IFF, Cabo Frio, RJ, Brasil. carlosfabiano.teacher@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6101-9950>

1. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos nos primeiros anos do curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense (UFF).

order to understand through a discursive-dialogical view what are the glotopolitical effects implied into practices of this nature. It is assumed that those practices act as a political intervention towards the school linguistic landscape (SPOLSKY, 2004), and therefore, being the result of choices not randomly taken, decisions made previously, that with regard to the material analyzed, shows the option by which languages are to be selected to make part of the school signs at that institution, as well as the priority order regarding the way they tend to be inscribed on the signs under analysis.

Keywords: sociology of discourse by the Bakhtin Circle; glotopolitical approach; school signs.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este texto busca tecer algumas reflexões em torno do objeto de estudo *práticas de linguagem em placas de sinalização em espaços físicos escolar*, no âmbito das políticas declaradas, praticadas e percebidas de internacionalização em um instituto federal tecnológico, com o intuito de compreender, por meio de uma perspectiva discursivo-dialógica, quais os efeitos glotopolíticos implicados em práticas dessa natureza.

Cabe salientar, de antemão, que este trabalho leva em conta a minha experiência como professor de inglês da rede federal tecnológica, além de leituras e debates desenvolvidos ao longo das aulas do curso de glotopolítica e norma linguística (2018.1), ministrado pelos professores Xoán Carlos Lagares e Marcos Bagno, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (Doutorado) da Universidade Federal Fluminense (UFF), cujas reflexões aqui colocadas não pretendem, de forma alguma, esgotar esse tema.

Além disso, pretendo abordar o ato de tirar fotos para fins de pesquisa qualitativa como um evento de produção de material de análise a partir de uma lente discursiva. Nesse sentido, as questões metodológicas apresentadas objetivam mostrar, ainda que de forma enxuta, de que modo a fotografia, situada sócio-historicamente, se atualiza em um contexto específico no amplo escopo de pesquisas em linguística aplicada.

Tendo em vista essa perspectiva, pretendo conjugar a sociologia do discurso do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2016; VOLÓCHINOV, 2017), no que toca especialmente à questão da *expressividade*, com as contribuições teóricas oriundas da *abordagem glotopolítica* (GUESPIN, MARCELLESI, 1986). A primeira, com o objetivo de observar de que maneira o elemento *expressividade* se manifesta em enunciados que tendem a contribuir para a construção de sentidos sobre o processo de implementação de uma política (declarada) de internacionalização no âmbito dessa unidade da rede federal. A última, brevemente falando, por considerar a relação

linguagem e política, nas mais diversas esferas sociais de atividade humana, enquanto dimensão indissociável das práticas languageiras em circulação na sociedade.

No que se refere às práticas de linguagem, considera-se, aqui, o trabalho de Spolsky (2004), no qual o estudioso as entende como “a soma de escolhas fonéticas, lexicais e gramaticais que um falante individual faz, às vezes conscientemente e às vezes menos conscientemente, e que configuram o padrão não-marcado de uma variedade de uma língua” (SPOLSKY, 2004, p. 8).

Interessa-me, a partir dessa óptica, abordar essa questão das escolhas lexicais, do ponto de vista da ação política que incide sobre práticas locais, no que tange à tomada de decisões sobre quais elementos linguísticos e quais línguas adicionais (LA) privilegiar em placas de sinalização em ambiente escolar, ante o complexo cenário de ensino de línguas no Brasil, com enfoque particular no cenário pós Medida Provisória (MP) 746, de 2016².

Essa perspectiva de análise é tomada levando-se em conta a conjuntura atual, na qual se observa uma crescente demanda pela consolidação de uma política efetiva (declarada e praticada) de internacionalização das escolas da rede federal, como se pode verificar por meio do documento “Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” (FORINTER, 2009).

Esse texto, de caráter institucional, faz parte de um processo de discussão coletiva, desenvolvido no âmbito de atuação do Fórum de Relações Internacionais dos Institutos Federais (FORINTER), em diálogo com demandas oriundas da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), por meio de sua Assessoria Internacional.

Brevemente, interessa mencionar que, passados quase dez anos desde sua formulação, o texto do Forinter continua servindo como fonte de consulta e pesquisa, visto que ele aponta algumas diretrizes para se pensar uma política de internacionalização para os institutos federais, de modo que cada instituto considere em suas ações “[...] sua condição no contexto das políticas de desenvolvimento regional, destacando-se peculiaridades dos cursos, currículos, formação dos professores, dos técnicos administrativos e dos discentes [...]” (FORINTER, 2009, p. 2), sem perder de vista a qualidade do ensino, das ações de pesquisa e extensão.

Presume-se que esse documento, ainda que não definitivo, se propõe a nortear práticas de desenvolvimento de projetos e programas de cooperação internacional

2. A MP 746/2016 instituiu a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral, cujo texto retirou a obrigatoriedade do ensino de espanhol da grade curricular da educação básica. Por outro lado, a MP tornou obrigatório o ensino de inglês a partir do 6º ano do ensino fundamental e nos currículos do ensino médio, facultando neste a possibilidade de inserção da oferta de outros idiomas, de preferência o espanhol.

no escopo de atuação dos institutos, informando atitudes que podem, inclusive, nos levar à proposição de políticas específicas para o ensino de LA nessas escolas, consolidando-se, assim, como importante vetor de práticas de intervenção política na interface linguístico/educacional.

No tocante ao ensino de línguas, Cenoz e Gorter (2012) nos lembram que a aprendizagem de LA em contextos educacionais sempre foi parte integrante do campo de políticas linguísticas, implicando em decisões que são tomadas em lugares outros. Há de se observar, por exemplo, que a escolha de qual idioma ensinar, sendo esta uma intervenção política nas práticas escolares, tem se desenrolado, em muitos casos, seja em nível micro (regional), quer seja em nível macro (nacional). Isso vai ao encontro do que postula o estudioso Lagares (2013) quando este afirma que a decisão sobre as LAs³ que fazem parte de determinado currículo escolar é fruto de debates sociais e medidas legislativas oriundas de contextos geopolíticos e econômicos concretos (LAGARES, 2013).

Ainda quanto ao aspecto da sinalização, cabe ressaltar que estamos considerando neste trabalho a captura de material fotográfico no qual se materializam enunciados inscritos nos espaços físicos de circulação pública do IFF⁴ *Campus Cabo Frio/RJ*, enquanto um aspecto político de intervenção na *paisagem linguística* (SPOLSKY, 2009) dessa unidade de ensino, pesquisa e extensão. Em outras palavras, considera-se esse conceito como um elemento de política linguística, com enfoque particular nas representações da língua(gem) em espaços públicos no contexto escolar.

Entendo, portanto, que essa intervenção (política) é fruto de escolhas nada aleatórias, decisões tomadas aprioristicamente que, no caso do material analisado, dá a ver a opção por quais línguas privilegiar nas placas de sinalização nos ambientes dessa instituição, bem como a ordem de prioridade em que elas tendem a se inscrever nas placas em questão.

A seguir, o texto se organiza em quatro seções. Na primeira, apresento a glotopolítica enquanto perspectiva de análise. Já na segunda, discorro brevemente sobre o conceito de *expressividade* com o qual se busca uma interlocução neste trabalho. Na terceira seção, apresento brevemente um enquadramento metodológico como possibilidade de uso da fotografia para fins de pesquisa qualitativa, as reflexões acerca dos sentidos postos em circulação com as placas de sinalização, discutindo, finalmente, sobre os seus efeitos glotopolíticos. Por fim, tem-se as considerações inacabadas, seguidas das referências.

3. No texto original, o autor utiliza o termo língua estrangeira (LE).

4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF).

1. GLOTOPOLÍTICA: UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE

Pretendo, no decorrer desta seção, tentar mobilizar o conceito de *política linguística*, com o intuito de melhor delimitar o que se entende por *glotopolítica* à luz de minha lente de análise, por considerar que esses termos têm se relacionado intrinsecamente, chegando, inclusive, a conviver harmonicamente na literatura especializada (LAGARES, 2010). Vale salientar que o conceito de *política linguística* tem sido utilizado de forma bastante confusa (RAJAGOPALAN, 2013), merecendo, dessa maneira, que explicitemos de partida do que estamos tratando quando optamos por abarcá-lo.

Conforme Lagares (2013)⁵, ao tratar de política linguística, torna-se imprescindível estabelecer uma diferenciação conceitual entre os termos *language policy* e *language politics*, ambos recuperados a partir da tradição anglo-saxônica. O estudioso pontua que esses termos assumem empregos complementares, ainda que sendo de natureza distinta. O primeiro deles, para se referir “às atitudes e aos planos de ação relativos à língua, compreendendo, portanto, os acontecimentos prévios à decisão política [...] [Já o segundo, para se referir] à própria decisão política” (LAGARES, 2013, p. 181), constituindo-se, dessa forma, enquanto uma ação mandatária.

Ademais, tem-se que “a política linguística se define desde as origens como uma prática e, ao mesmo tempo, como uma área de pesquisa, relacionada à linguística aplicada e à sociolinguística” (LAGARES, 2018b, p. 179). Ainda de acordo com o autor em questão, há uma extensa tradição na seara de atuação tanto da sociolinguística, quanto da sociologia da linguagem que busca relacionar o segundo conceito supracitado à noção de *planejamento linguístico*, cuja concepção envolvida se vincula à ideia de introdução de uma mudança, uma intervenção, que visa a operar na língua deliberadamente.

Para Calvet (2007, p. 11, grifos do autor),

a intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas não é novidade: sempre houve indivíduo tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua. De igual modo, o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria. No entanto, a *política linguística* (determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade) e o *planejamento linguístico* (sua implementação) são conceitos recentes que englobam apenas em parte essas práticas antigas.

5. O autor formula o seu ponto de vista a partir das explicitações de Ninyoles (1991). Para um melhor tratamento dessa questão, ver Lagares (2010; 2013).

Como se pode observar, é possível estabelecer uma relação de aproximação entre esses termos, ainda que respeitadas as suas especificidades conceituais. Para Calvet (2007), as definições a eles atribuídas podem ser recuperadas, ao longo da história, por meio de diferentes obras, de modo que o conceito de planejamento linguístico tenha prevalecido em trabalhos de pesquisadores de origem francófona, alemã e hispânica. Por outro lado, paralelamente, observa-se a ocorrência de explicitações sobre política linguística em textos em inglês, espanhol e alemão. Além disso, Calvet ressalta que “em todos os casos e em todas as definições, as relações entre a política linguística e o planejamento linguístico são relações de subordinação [...]” (CALVET, 2007, p. 15), reduzindo o último à noção de simples aplicação de uma política linguística.

Feitas essas considerações, dedico-me, mais detidamente, a justificar minha escolha pela *abordagem glotopolítica*, em lugar de me ater a algum enfoque já praticado na literatura especializada que busque mobilizar, única e exclusivamente, as concepções de política linguística como aporte.

Isso se dá em função de se considerar, a partir das leituras desenvolvidas, que a perspectiva glotopolítica é bem mais abrangente, visando práticas de linguagem de natureza contínua (GUESPIN, MARCELLESI, 1986), ou ainda, pela preponderância dos estudos glotopolíticos em nos auxiliar compreender, sob um viés político, de que maneira “se comporta a língua, a sociedade e os sujeitos que a utilizam nas mais diversas circunstâncias” (LUCENA, FERREIRA, LEITE, 2015, p. 316). É importante destacar, sobretudo, que já se trata de fazer política ao optar por esse encaminhamento teórico e não outro, pois “todo gesto de cunho político envolve uma questão de escolha – entre diferentes alternativas que se apresentam” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 34).

Dito de outra forma, entende-se que a glotopolítica é uma abordagem que investe o político na linguagem, abarcando amplamente questões relacionadas às discussões que são empreendidas no âmbito do planejamento e da política linguística, reforçando, em especial, que toda mudança social acarreta efeitos glotopolíticos. É nesse sentido que se pode afirmar que a política linguística é um caso particular da glotopolítica, e que a “*glotopolítica* é necessária para englobar todos os fatos de linguagem em que a ação da sociedade reveste a forma do político” (GUESPIN, MARCELLESI, 1986, p. 5, grifo dos autores)⁶.

6. Faz-se referência às citações do texto original em francês de Guespin e Marcellesi (1986). Entretanto, recorre-se à versão inédita em português desenvolvida pelo professor Marcos Bagno para o curso de glotopolítica e norma linguística (2018.1) no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF.

Ainda nessa direção, corrobora os apontamentos de Guespin e Marcellesi as colocações de Lagares (2018a), especialmente quando o pesquisador diz que a glotopolítica envolve

[...] toda e qualquer ação sobre a linguagem, nos mais diversos âmbitos e níveis, sem pretender tornar obsoletos os termos *planejamento* ou *política linguística*, mas deixando explícito que toda decisão sobre a linguagem tem ‘efeitos glotopolíticos’. (LAGARES, 2018a, p. 32, aspas e grifos do autor)

Em outras palavras, “[...] toda decisão que modifica as relações sociais é, do ponto de vista do linguista, uma decisão glotopolítica” (GUESPIN, MARCELLESI, 1986, p. 15), de modo que esse conceito pode ser utilizado tanto para fazer eco às práticas, quanto para designar a análise propriamente dita. Em face dessa questão é que se pode dizer que ela desempenha, ao mesmo tempo, o papel de “[...] prática social, da qual ninguém escapa (‘todo mundo faz política sem saber’, seja um simples cidadão, seja o ministro da Economia), e pode se tornar uma disciplina de pesquisa, um ramo hoje necessário da sociolinguística” (GUESPIN, MARCELLESI, 1986, p. 16).

Na próxima seção, procuro trazer ao centro da cena algumas considerações acerca do conceito de *expressividade* como categoria de análise, a partir da lente discursivo-dialógica da sociologia do discurso do Círculo de Bakhtin.

2. A EXPRESSIVIDADE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Tomando por base o conjunto da reflexão bakhtiniana, busco focalizar um aspecto constitutivo da linguagem, o qual se vincula ao todo da obra do Círculo de Bakhtin, contribuindo sobremaneira para a compreensão da noção de valor que recobre a relação intrínseca do enunciador com o seu enunciado, a saber: a *expressividade*.

Essa dimensão é considerada a partir de uma arquitetônica, ou seja, “[...] a construção ou estruturação do discurso – sempre relativamente estável –, que une e integra o material, a forma e o conteúdo” (COVRE, NAGAI, MIOTELLO, 2009, p. 15), convocando-nos a pensar a linguagem enquanto um atravessamento discursivo, cujo principal esteio é o enunciado.

À luz desse pensamento, a enunciação é constitutivamente um fenômeno social, por meio da qual o sujeito se constrói na interação com o outro, em um movimento dialógico de relação indissociável com a vida. Nessas relações, portanto,

[...] o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado. O papel dos outros, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande [...] esses outros, para os quais o meu pensamento se torna um pensamento real pela primeira vez (e deste modo também para mim mesmo), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação discursiva. (BAKHTIN, 2016, p. 62)

É por meio dos enunciados, pois, que o indivíduo estabelece suas relações com outrem em sociedade, em um movimento de natureza dialógica da comunicação discursiva. Dito de outra maneira, tem-se, assim, uma relação de alteridade, de modo que a relação que se estabelece com o outro se faz por meio da interação verbal, atravessada que está por um conjunto de enunciados concretos, os quais determinam falantes situados sócio-historicamente.

Em face dessa questão, cabe dizer que um enunciado concreto

não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, precisamente delimitada da alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro [...] [, configurando-se, desse modo, num] elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados. (BAKHTIN, 2011, p. 275)

Para Bakhtin (2016), apreender essa relação com o enunciado do outro, no sentido de que “não só o fim, mas também o início do enunciado é determinado pelo discurso do outro” (p. 135), é de extrema importância na compreensão do que se concebe por natureza dialógica da comunicação discursiva. No entanto, precisamos perceber que o enunciado não apenas se restringe a essa relação com o discurso de outrem. Há de se considerar essencialmente que “em todo o seu curso ele mantém uma ligação com esse discurso, reflete-o” (BAKHTIN, 2016, p. 135).

É importante enfatizar, então, que não se pode abordar esse conceito de *expressividade* sem articulá-lo à noção de enunciado concreto na cadeia da comunicação verbal, pois ela é fundamental no que tange aos aspectos que sustentam o pensamento do Círculo. Em outros termos, a apreensão dos elementos que permitem a interação orgânica do enunciado, como um todo concreto, tende a nos levar a perceber que os conceitos de sua arquitetônica se encontram imbricados. É nesse sentido que se pode afirmar que “cada definição de conceito permite enxergar a extensão do todo, ou seja, os outros conceitos. É por isso que há uma interação orgânica entre os conceitos no interior do todo” (SOUZA, 2002, p. 85-86).

Partindo dessas explicitações, tem-se que a estrutura interna do enunciado é composta por três elementos, a saber: o conteúdo semântico-objetal (direcionamento para o objeto do discurso), a *expressividade* (suas emoções, suas relações com o objeto do discurso) e a relação com o ouvinte e com o discurso do outro (BAKHTIN, 2016).

É essa estrutura interna, portanto, que irá determinar a seleção dos recursos linguísticos e estilísticos do enunciado, orientada para um horizonte social, uma dada *expressividade*. Dito de outro modo, “a orientação social é uma das forças vivas organizadoras que, junto com a situação da enunciação, constituem não só a forma estilística [,] mas também a estrutura gramatical da enunciação” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 169).

Não há, por essa razão, como escolher as palavras sem partir do conjunto projetado do enunciado, pois é ele que irradia a expressão do falante, de forma que “a emoção, o juízo de valor, a expressão são estranhos à palavra da língua e surgem unicamente no processo do seu emprego vivo em um enunciado concreto” (BAKHTIN, 2011, p. 292). E ao apropriar-se dessa concepção teórica, deve-se ter em mente que ela privilegia o cultural, o histórico e o social, sem descartar a materialidade linguística, pois “fora de uma expressão material não existe enunciação, assim como também não existe a sensação” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 174, grifo do autor).

De acordo com Bakhtin (2016), a *expressividade* se constitui como um elemento importante do enunciado, determinando a sua composição e estilo. Isso nos impõe dizer que ela se refere à “relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (BAKHTIN, 2016, p. 47). Esse aspecto valorativo é extremamente relevante, pois é ele que busca articular os principais conceitos que, em interlocução com o que se entende por *expressividade*, estabelecem uma relação dialógica na cadeia da comunicação verbal, aparecendo no todo da obra do Círculo por meio de diferentes expressões, quais sejam: *avaliação social, aprecação social, orientação social, horizonte social*.

Na próxima seção, buscarei mais detidamente discorrer sobre como o elemento *expressividade*, constitutivo da linguagem, opera nos enunciados em destaque, evocando sentidos para além da materialidade linguística posta em circulação.

3. PLACAS DE SINALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS GLOTOPOLÍTICOS: SENTIDOS EM CIRCULAÇÃO

Como já mencionado anteriormente, estou considerando para análise a captura de material fotográfico por meio do qual se materializam enunciados inscritos nos espaços físicos de circulação pública do IFF *Campus* Cabo Frio/RJ, enquanto um aspecto político de intervenção na *paisagem linguística* (SPOLSKY, 2009) dessa unidade de ensino, pesquisa e extensão.

Quanto ao recorte cronológico, trata-se de uma pesquisa realizada entre março e julho de 2018, cujas fotos tiradas e analisadas pelo pesquisador, no período

em questão, fazem parte de um universo maior, formado por imagens de placas expostas em diversos ambientes dessa escola federal localizada na Região dos Lagos do Rio de Janeiro.

A utilização de fotografias como documento de pesquisa se constitui uma forma de coleta de dados. Além disso, é correto afirmar que ela faz parte de uma atividade investigativa complexa na medida em que não apenas atua como um registro significativo de ações temporais e acontecimentos reais capturados a serviço de questões teóricas (LOIZOS, 2013), mas, sobretudo, pelas limitações envolvidas em processos de utilização de material visual para fins de pesquisa (UWE, 2009).

Dentre os limites impostos, cabe destacar o recurso intencional a técnicas de tratamento de imagem (montagem, retoque, colagem) que, se não utilizadas adequadamente, tendem a interferir na produção de sentidos, desviando o foco do observador-analista ante os objetivos delimitados inicialmente, levando o pesquisador, inclusive, a deixar de focalizar aspectos relevantes à questão de pesquisa.

Um aspecto importante quanto à produtividade do uso de fotografias como instrumento e/ou objeto de pesquisa diz respeito ao fato de que elas "permanecem disponíveis a outras pessoas, podendo ser reanalisadas" (UWE, 2009, p. 220), ressignificadas, considerando, por exemplo, parâmetros como: o que está dado na imagem (e o modo como o conteúdo é focalizado), o que é deixado de fora, ou ainda, o estilo estético do fotógrafo e sua influência na produção da imagem, a partir da (re)construção que ele faz da realidade capturada. Isso sem desprezar que tudo aquilo que o pesquisador/fotógrafo recorta e seleciona para ser retratado engendra formas (re)atualizadas de situar o conteúdo sócio-historicamente, colocando em circulação sentidos outros.

A fim de melhor delimitar a metodologia empregada, optei por situar a captura das imagens a serem analisadas considerando os seguintes parâmetros:

Quadro 1. Parâmetros para a captura das imagens fotografadas e posterior análise do material.

Quem vai fotografar:	O próprio pesquisador.
O que será fotografado:	Placas de sinalização em ambiente escolar.
Com que objetivo serão fotografadas:	Compreender a forma como as LAs presentes/valorizadas/priorizadas no currículo escolar da instituição são representadas nas placas em espaços públicos do instituto.
Aspecto(s) selecionado(s) para análise:	As marcas linguísticas e o modo como elas se inscrevem no corpo das placas em questão.

Fonte: elaborado pelo autor.

A definição desses parâmetros tende a agregar valor substancial a propostas metodológicas ocupadas de realizar a captura de imagens no amplo escopo do uso de fotos tiradas pelo próprio pesquisador no contexto de pesquisas qualitativas.

Neste caso, o pesquisador atua como um observador-participante, responsável por fotografar o material a ser analisado, assumindo, assim, um papel bem definido junto ao processo de captura das imagens. Ou seja, ele recorta aquilo que merece ser analisado de acordo com os seus objetivos de pesquisa previamente definidos.

É preciso ressaltar, porém, que estamos concebendo as informações inscritas nessas placas não como palavras isoladas, enquanto unidades da língua com seus significados no dicionário, por exemplo. Se trata, entretanto, “de um enunciado acabado e com um *sentido* concreto” (BAKHTIN, 2016, p. 50, grifo do autor), que em condições específicas de enunciação mobilizam sentidos para além de sua materialidade linguística. Em outros termos, “quando escolhemos as palavras, partimos do conjunto projetado do enunciado e esse conjunto que projetamos e criamos é sempre *expressivo* e é ele que irradia a sua expressão” (BAKHTIN, 2016, p. 51, grifo meu).

Essa prática de sinalização têm sido implementada, em praticamente todos os ambientes de circulação pública dessa instituição, desde sua inauguração, na Região dos Lagos, em 05 de março de 2009.

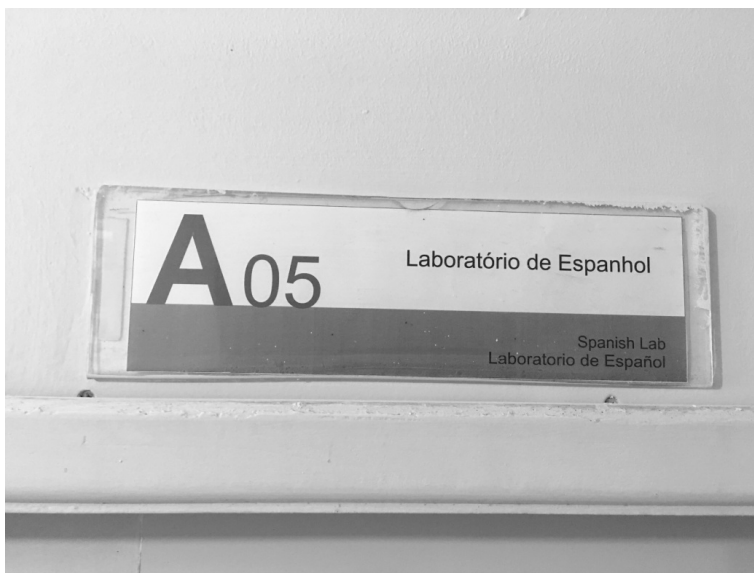


Figura 1. Placa de sinalização, Laboratório de Espanhol, Bloco A.

Fonte: acervo do autor.

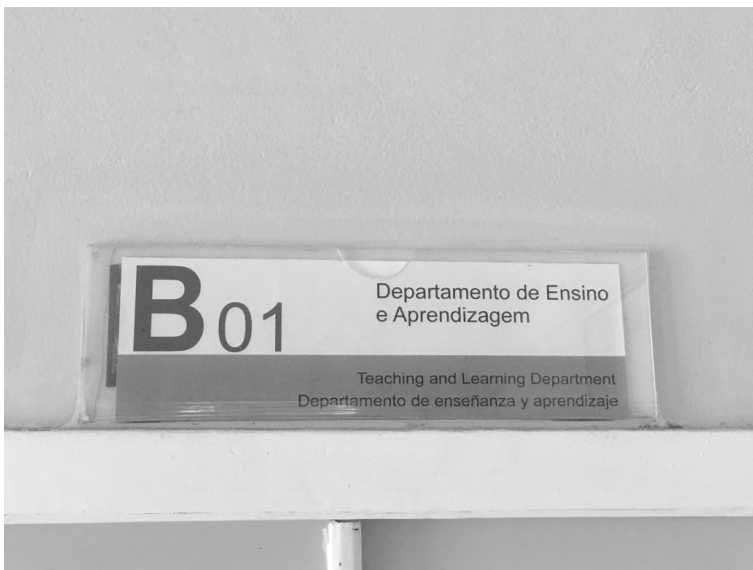


Figura 2. Placa de sinalização, Departamento de Ensino e Aprendizagem, Bloco B.
Fonte: acervo do autor.



Figura 3. Placa de sinalização, Sala de Equipamentos 1, Bloco F.
Fonte: acervo do autor.

Quando cheguei a essa unidade de ensino em 2013, pensei se tratar de um procedimento padrão, adotado nas demais unidades do instituto. No entanto, em consulta feita ao setor de comunicação social da instituição à época, fui informado de que essa é uma atitude exclusiva do *Campus* Cabo Frio/RJ, presumindo, então, que sinalizações desse tipo não são encontradas nos outros 13 *campi* do IFF.

Aprofundando um pouco mais a questão, indaguei junto a instâncias superiores se existia algum documento, por parte da Reitoria, orientando sobre esse tipo de prática nos *campi*. A resposta foi imediata: “não há.”

A partir dessa constatação, surge o seguinte questionamento: é possível existir uma política linguística praticada, “institucionalizada”, sem que haja uma determinação deliberadamente documentada sobre as práticas linguageiras que se pretende colocar em operação? A resposta é sim, pois há “política linguística mesmo onde ela não foi explicitada ou estabelecida por autoridades” (SPOLSKY, 2004, p. 8).

Nesse aspecto, entendemos que essa atitude do *campus* se configura como uma questão política, na medida em que incide diretamente sobre a opção por privilegiar determinadas línguas, inscrevendo-as na paisagem linguística da escola. Afinal de contas, a paisagem deve ser entendida como um conjunto amplo de elementos, formada não apenas por recursos da língua(gem), “mas também por pessoas que participam de interações a todo tempo com outros falantes” (SOARES, LOMBARDI, SALGADO, 2016, p. 211) de forma direta ou indireta.

Em face dessa questão, podemos dizer que estamos diante de uma política praticada e percebida em meio à paisagem linguística da instituição, por meio das placas dispostas em lugares específicos, ainda que essa política não tenha sido declarada de forma documental.

Muito embora decorra de decisões locais, presume-se que seus efeitos glotopolíticos se encontram alinhados a debates sociais e a medidas que surgem em outros lugares, como, por exemplo, as prescrições provenientes do documento do Forinter (2009), quando este implicitamente reforça a relevância da aprendizagem do espanhol junto ao processo de internacionalização das escolas da rede, ao sinalizar que

[...] o relacionamento com as instituições dos países do MERCOSUL possui um caráter fundamentalmente estratégico. O desenvolvimento econômico e social da região garante a construção de um ambiente pacífico e igualitário na América do Sul, condicionantes para o alcance de uma integração regional bem sucedida. Para isso, deve-se ampliar os vínculos já existentes com as instituições atuantes, como o Setor Educacional do MERCOSUL. Essas instâncias produzem periodicamente planos de ação e desenvolvimento que podem servir de base para a atuação dos Institutos Federais. (FORINTER, 2009, p. 6)

No que diz respeito à sinalização pública, esse questionamento nem mesmo se faz necessário, pois práticas dessa natureza já são concebidas enquanto evidência explícita de política linguística (SPOLSKY, 2004), alterando a paisagem linguística local. Entretanto, no que concerne à sinalização no *Campus* Cabo Frio/RJ, por ser um ambiente institucional, que busca oferecer uma educação pública de qualidade, onde há regras de funcionamento, infraestrutura e logística pré-estabelecidas, isso nos impõe fazer esse tipo de indagação.

Ainda sobre essas placas de sinalização, há de se destacar alguns aspectos específicos, cujo valor expressivo demarca “a escolha e a ordem de todos os principais elementos significantes do enunciado” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 236).

Como se pode observar pelas figuras 1, 2 e 3, as informações nas placas se referem aos nomes dos ambientes que fazem parte da estrutura física da escola. Nota-se que a *expressividade* se manifesta nelas por meio de certa regularidade quanto à maneira como essas informações estão dispostas. Em primeiro plano, na parte superior, tem-se o enunciado em português, cujas letras se apresentam com fonte em tamanho maior. Já na parte inferior, aparecem os enunciados em inglês e espanhol, respectivamente.

Outro aspecto relevante a ser mencionado diz respeito à participação dos professores de LA da instituição nesse processo, como agentes, se destacando como propositores (formuladores) de políticas, pois a instituição sempre recorre a eles quando da necessidade de elaborar uma nova placa com os dizeres em inglês e espanhol.

Como bem nos adverte Rajagopalan (2013, p. 35, grifo do autor), “o papel do *agente* é de extrema importância quando se discute a questão da política linguística”. Ainda de acordo com esse estudioso, a escolha, por sua vez, depende desse agente, imbuído que está de seu livre arbítrio. Não se pode perder de vista então que toda ação declarada, praticada e percebida de caráter político decorre de escolhas feitas por agentes em sã consciência, durante a tomada de decisões (RAJAGOPALAN, 2013).

Esse processo de disposição dos enunciados nas placas vai ao encontro dos apontamentos de Spolsky (2009), quando o pesquisador afirma que as práticas languageiras em espaço público, as quais envolvem o desenvolvimento e a implementação de gestão linguística, são orientadas por uma escolha nada aleatória. Ainda que o estudioso em questão tenha se debruçado em seus estudos sobre as placas de sinalização em espaços públicos urbanos, suas contribuições são bastante relevantes para compreender a dinâmica envolvida na gestão linguística em espaços físicos escolar.

Segundo Spolsky (2009), as placas em lugares de circulação pública são constituídas por diversos participantes, entre os quais podemos citar: o seu proprietário, aquele que elabora a placa, e o seu leitor (o enunciador ao qual a placa se dirige).

Esse enquadre proposto por Spolsky é extremamente relevante, sobretudo se levarmos em conta a preocupação com o endereçamento dos enunciados postos em circulação por meio das placas de sinalização, coadunando com o pensamento bakhtiniano no que se refere à assertiva de que “a palavra é orientada para o interlocutor, ou seja, é orientada para quem é esse interlocutor: se ele é integrante ou não do mesmo grupo social, se ele se encontra em uma posição superior ou inferior em relação ao interlocutor (em termos hierárquicos) [...]” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 204-205, grifos do autor), pois, como bem nos lembra Bakhtin (2016, p. 62), “o papel dos outros, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, como já sabemos.”

Ademais, no que toca à presença do inglês, infere-se que sua inscrição nas placas em locais de circulação na escola surge de um entendimento já naturalizado de que esse idioma tende a desempenhar um papel de extrema relevância na inserção do cidadão brasileiro no cenário global, fruto de discussões que atravessam contextos geopolíticos e econômicos concretos mais amplos.

A esse respeito, Cenoz e Gorter (2012) enfatizam, por exemplo, que as LAs são parte integrante do currículo escolar em muitos países ao redor do mundo, sendo o inglês a língua da comunidade internacional mais difundida, e a que mais aparece nos contextos educacionais. Para eles, “ela é considerada um recurso que abre portas, garantindo melhores oportunidades, sendo associada à mobilidade econômica e social” (CENOZ, GORTER, 2012, p. 301-302)⁷.

Quanto à opção pelo espanhol nas placas do IFF, essa iniciativa parece ter a ver, em um primeiro momento, com o contexto de localização do *campus*, que fica entre as cidades de Cabo Frio e Armação dos Búzios, na Região dos Lagos.

Armação dos Búzios, popularmente chamada de Búzios, se destaca por ser um dos principais destinos turísticos do Brasil, em âmbitos nacional e internacional. A cidade, outrora uma vila de pescadores, ganhou projeção no exterior depois da passagem, em 1964, da famosa atriz francesa Brigitte Bardot. “Desde então a popularidade do município vem crescendo e atualmente é escala obrigatória de cruzeiros que passam pelo litoral brasileiro” (HARGUINDEGUY, 2007, p. 83), consolidando-se, assim, como um dos mais importantes polos gastronômicos e hoteleiros do Brasil, e de prestígio mundial.

7. Tradução minha.

Búzios é reconhecidamente uma cidade que acolhe e recebe bem os estrangeiros, tanto que muitos deles acabam fixando residência no município, sendo que em maior número se encontram os argentinos. No final dos anos 70, muitos argentinos com grande poder aquisitivo migraram para Búzios, fugindo da crise econômica em seu país, “[...] compraram muitas propriedades e estabeleceram residências e negócios. Até hoje uma fração significativa do comércio e da hotelaria está nas mãos de argentinos” (BARBOSA, 2003, p. 25). De acordo com dados da secretaria de turismo de Búzios, atualmente o município é uma das cidades brasileiras onde se é possível encontrar mais argentinos residindo.

Esse aspecto da influência do panorama local também é enfatizado por Cenoz e Gorter (2012), quando os autores pontuam que em muitos contextos em que há pelo menos duas LAs inseridas no currículo escolar, a presença de uma segunda (ou terceira) língua está intrinsecamente relacionada a fatores regionais. É por essa lente que se pode afirmar, então, que o espanhol nas placas de sinalização do *campus* se apresenta como resultado da influência da comunidade de falantes nativos desse idioma em Búzios (os argentinos).

Tendo em vista essas questões, é possível dizer, então, que a *expressividade* também se manifesta nessas placas de sinalização por meio da escolha de quais LAs privilegiar, bem como da posição em que elas devem se inscrever nos letreiros, tal que o inglês aparece antes do espanhol, fazendo coro ao discurso hegemônico, cujos enunciados reforçam concepções ideológicas filiadas às demandas do mercado internacional – o inglês como capital linguístico a serviço dos interesses dos organismos multilaterais.

Além disso, presume-se que o valor expressivo que atravessa esses enunciados também tende a colocar em circulação sentidos que dão a ver a preocupação da instituição com a valorização do ensino de espanhol no âmbito da escola. Tem-se, assim, uma atitude glotopolítica de militância em tempos de retirada do espanhol do currículo escolar da educação básica brasileira, por meio da revogação da Lei 11.161/2005⁸, a qual previa que o ensino do espanhol deveria ser de oferta obrigatória pela escola, ainda que de matrícula facultativa para os estudantes.

Essa situação do espanhol no panorama atual se alinha aos apontamentos de Abreu-e-Lima *et al.* (2016, p. 26) no tocante ao aspecto da desvalorização do ensino de LAs no contexto brasileiro, quando asseveram que

8. Foi revogada pela Lei 13.415/2017, a qual alterou a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), instituindo o inglês como única língua adicional de oferta e ensino obrigatório.

[...] a desvalorização da língua estrangeira no sistema educacional brasileiro vem sendo 'construída' ao longo de sua história, seja por uma ausência de políticas ou por políticas equivocadas, ou, até mesmo, pela falta de ações concretas articuladas com as definições legais.

Em sentido mais amplo, é possível afirmar que a revogação da Lei 11.161/2005 tem implicações glotopolíticas que atravessam o campo educacional, acarretando mudanças de caráter político e social em âmbito nacional. É um tipo de medida cujos efeitos afetam diretamente a formação de professores de espanhol e de estudantes da educação básica, ressignificando o que se entende por ensinar e aprender LAs no panorama escolar brasileiro.

Essas mudanças incidem também sobre a produção de material didático específico da área, uma indústria que cresceu vertiginosamente a partir do final do século XX, com destaque para a penetração das editoras espanholas no seio da produção nacional, por meio de grande investimento no mercado do livro didático no Brasil (CASSIANO, 2013; 2018).

O que se observa, então, é uma mudança na dinâmica sociopolítica e econômica que impacta sobremaneira a entrada da Espanha, por meio de grandes grupos editoriais, na educação nacional que desde meados dos anos 2000 tem se beneficiado da implementação do componente curricular espanhol no currículo escolar brasileiro, produzindo livros didáticos e comercializando produtos educacionais "que entraram efetivamente nas escolas da educação básica de todo o país, por meio do Programa Nacional do Livro Didático⁹ – PNLD" (CASSIANO, 2018, p. 50).

Levando em conta essas questões, afirmo, portanto, que a presença do espanhol nas placas de sinalização em espaço físico escolar de uma instituição pública federal tem um efeito glotopolítico de valorização dessas práticas no contexto brasileiro, além de engrossar o caldo das discussões que nos ajudam a compreender como ações dessa natureza conferem valor substancial ao processo de fortalecimento de práticas de internacionalização, a partir de uma perspectiva contra-hegemônica, que reconheça também o papel de outras LAs no bojo desse processo.

Assim, pode-se dizer que os sentidos postos em circulação se filiam aos enunciados que atravessam o texto do Forinter (2009) no que tange ao fomento da prática de idiomas, especialmente se considerarmos o cenário pós MP 746/2016, a qual tornou obrigatório o ensino de inglês a partir do 6^o ano do ensino fundamental

9. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi criado em 1985 como uma política de estado, responsável pelo planejamento, compra e distribuição gratuita do livro escolar para estudantes da educação básica em todo território nacional (CASSIANO, 2013).

e nos currículos do ensino médio, facultando neste a possibilidade de inserção de outros idiomas, de preferência o espanhol.

Por esse prisma, entende-se que “toda medida que afeta a distribuição social da palavra, mesmo que seu objetivo não seja a linguagem em si, afeta a situação glotopolítica” (GUESPIN, MARCELLESI, 1986, p. 15). Com efeito, o espanhol está presente em inúmeros programas de ensino e aprendizagem do IFF, e sua oferta nos mais diversos programas/itinerários formativos do instituto segue as seguintes configurações: como língua estrangeira em cursos técnicos integrados ao ensino médio; espanhol para fins específicos em alguns cursos técnicos concomitantes/subsequentes; língua espanhola na modalidade de centro de idiomas, ofertado pelo Centro de Línguas do IFF (CELIFF) – ainda não implantado em todos os *campi*; e espanhol para fins específicos em cursos superiores tecnológicos, como no caso do Tecnólogo em Hotelaria no *Campus* Cabo Frio/RJ.

Levando em conta a mesorregião na qual esta unidade de ensino está inserida, entende-se que reforçar a relevância do espanhol vai ao encontro da proposta do Forinter (2009) quanto à efetiva implementação de políticas linguísticas declaradas e praticadas para a internacionalização do instituto, entendendo que o espanhol se torna um elemento essencial no estreitamento de laços com os nossos vizinhos, nos projetando no cenário internacional para além de nossa condição de falantes em meio a uma ilha cercada de falantes *hispanohablantes*, pois

no caso das dimensões continentais brasileiras, as relações internacionais representam um estímulo para compreender como a proximidade espacial convive com grandes diferenças relativas à formação histórica e à composição sociocultural dos diferentes países e sub-regiões da América do Sul. Para isso, é fundamental que sejam criados laços fronteiriços com os diversos países da região. (FORINTER, 2009, p. 3)

Considerando a amplitude do debate dessas questões, no escopo de atuação da linguística aplicada na contemporaneidade, ao trazer ao centro da cena aspectos que enredam práticas sociais de língua(gem) e as implicaturas advindas de mudanças em que a ação da sociedade toma a forma do político, acredito abrir espaço de interlocução profícuo com professores e pesquisadores de estudos relacionados à educação linguística, especialmente por entender que “qualquer mudança política ou social, enfim, pode ser analisada pelo linguista a partir dos seus efeitos glotopolíticos, isto é, pelo modo como modifica as relações linguísticas em todos os níveis” (LAGARES, 2018a, p. 47).

CONSIDERAÇÕES INACABADAS

Este texto buscou tecer algumas reflexões em torno do objeto de estudo *práticas de linguagem em placas de sinalização em espaços físicos escolar*, no âmbito das políticas declaradas, praticadas e percebidas de internacionalização em um instituto federal tecnológico, com o intuito de compreender, por meio de uma lente discursivo-dialógica, quais os efeitos glotopolíticos implicados em práticas dessa natureza.

Partindo dessa perspectiva, busquei conjugar a sociologia do discurso do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2016; VOLÓCHINOV, 2017), no que toca especialmente à questão da *expressividade*, enquanto um elemento constitutivo da linguagem, com as contribuições teóricas oriundas da *abordagem glotopolítica* (GUESPIN, MARCELLESI, 1986).

A análise proposta levou em conta a captura de material fotográfico no qual se materializam enunciados inscritos nos espaços físicos de circulação pública do IFF *Campus* Cabo Frio/RJ, enquanto um aspecto político de intervenção na paisagem linguística (SPOLSKY, 2009) dessa unidade de ensino, pesquisa e extensão.

Em especial, observou-se de que modo o elemento *expressividade* opera nos enunciados postos em circulação por meio das placas de sinalização, evocando sentidos para além da materialidade linguística.

No que tange à inscrição das LAs (inglês e espanhol) nas placas analisadas, observamos que se trata de uma política praticada e percebida em meio à paisagem linguística da instituição, por meio da disposição do material visual em lugares específicos da escola, ainda que essa política não tenha sido declarada de forma documental.

Observou-se, ainda, que a presença do espanhol nas placas em questão não apenas se relaciona a razões ligadas à localização do *campus* e sua relação geopolítica com a comunidade de argentinos que reside no entorno da instituição, mas também reforça o compromisso da escola com a manutenção do ensino dessa língua no currículo escolar, a despeito do movimento nacional de retirar o papel desse idioma de componente obrigatório, e elemento indispensável junto ao processo de formação do cidadão brasileiro.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a presença do espanhol em placas dessa natureza em uma instituição pública federal tem um efeito glotopolítico de valorização dessas práticas no contexto educacional brasileiro, além de engrossar o caldo das discussões que nos ajudam a compreender como ações dessa envergadura conferem valor substancial ao processo de fortalecimento de práticas de internacionalização, a partir de uma perspectiva contra-hegemônica, que reconheça o papel de outras LAs no bojo desse processo.

Em outras palavras, a análise do material nos permitiu verificar que esses enunciados também contribuem para a construção de sentidos sobre o processo de implementação de uma política de internacionalização declarada e que venha a ser praticada, de fato, no âmbito dessa unidade da rede federal, em consonância com uma política mais ampla, sustentável, coerente com as demandas locais, e que leve em conta sobremaneira o relacionamento com instituições da América Latina e, particularmente, com as do MERCOSUL.

Por fim, ressalta-se que as reflexões aqui desenvolvidas não pretendem, de modo algum, esgotar esse tema, abrindo espaço para que outras possibilidades de interlocução com pesquisas que tratam de questões relacionadas à educação linguística sejam estabelecidas, ampliando, assim, as discussões no amplo escopo de estudos abarcados pela linguística aplicada.

REFERÊNCIAS

- ABREU-E-LIMA, D. M. *et al.* (2016). O programa inglês sem fronteiras e a política de incentivo à internacionalização do ensino superior brasileiro. In: SARMENTO, S.; ABREU-E-LIMA, D. M.; MORAES-FILHO, W. B. (Orgs.). *Do inglês sem fronteiras ao idiomas sem fronteiras: a construção de uma política linguística para a internacionalização*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 19-46.
- BAKHTIN, M. (2011). *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- BAKHTIN, M. (2016). *Os gêneros do discurso*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34.
- BARBOSA, K. C. (2003). *Turismo em Armação dos Búzios (RJ/Brasil): percepções locais sobre os problemas da cidade e diretrizes prioritárias de apoio à gestão ambiental*. 2003. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- CALVET, L.-J. (2007). *As políticas linguísticas*. Tradução Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola: IPOL.
- CASSIANO, C. C. F. (2013). *O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional*. São Paulo: Editora Unesp.

- CASSIANO, C. C. F. (2018). Questões sociopolíticas e econômicas da entrada de editores espanhóis no Brasil. In: BARROS, C. S.; COSTA, E. G. M.; FREITAS, L. M. A. (Orgs.). *O livro didático de espanhol na escola brasileira*. Campinas, SP: Pontes, p. 49-63.
- CENOZ, J.; GORTER, D. (2012). Language policy in education: additional languages. In: SPOLSKY, B. *The Cambridge handbook of language policy*. Cambridge: CUP, p. 301-320.
- COVRE, A. M. P. M.; NAGAI, E. E.; MIOTELLO, V. (Orgs.). (2009). *Palavras e contrapalavras: glossariando conceitos, categorias e noções de Bakhtin*. São Paulo: Pedro & João Editores.
- FORINTER. (2009). *Política de relações internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Brasília, 25 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://portal1.iff.edu.br/pesquisa-e-inovacao/escritorio-de-cooperacao-internacional/documentos-norteadores/politica-de-relacoes-internacionais-do-if.pdf/view>>. Acesso em: 15 set. 2017.
- GUESPIN, L.; MARCELLESI, J.-B. (1986). Pour la glottopolitique, *Langages*, n. 83, p. 5-34.
- HARGUINDEGUY, J. (2007). Migração de argentinos para o Brasil: o caso de Armação dos Búzios (RJ). *Revista Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 8, n. 23, edição especial, p. 82-87.
- LAGARES, X. C. (2010). A ideologia do panhispanismo e o ensino do espanhol no Brasil. *Revista Digital de Políticas Linguísticas (RDPL)*, ano 2, vol. 2, p. 85-110.
- LAGARES, X. C. (2013). Ensino do espanhol no Brasil: uma (complexa) questão de política linguística. In: NICOLAIDES, C. et al. (Orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes, p. 181-198.
- LAGARES, X. C. (2018a). *Qual política linguística?: desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola.
- LAGARES, X. C. (2018b). Dinâmicas normativas e autoridade linguística em espanhol e em português: a gestão da ortografia. In: ROCA, M. P.; SOUSA, S. C. T.; PONTE, A. S. (Orgs.). *Temas de política linguística no processo de integração regional*. Campinas, SP: Pontes, p. 175-198.
- LOIZOS, P. (2013). Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 137-155.

- LUCENA, J. M.; FERREIRA, G. C. C.; LEITE, M. C. C. (2015). A glotopolítica nos dicionários populares. In: SOUSA, S. C. T.; ROCA, M. D. P. (Orgs.). *Políticas linguísticas: declaradas, praticadas e percebidas*. João Pessoa: Editora da UFPB, p. 303-334.
- RAJAGOPALAN, K. (2013). Política linguística: do que é que se trata, afinal?. In: NICOLAIDES, C. et al. (Orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes, p. 19-42.
- SOARES, M. S.; LOMBARDI, R. S.; SALGADO, A. C. P. (2016). Paisagem linguística e repertórios em tempos de diversidade: uma situação em perspectiva. *Calidoscópio*, Vol. 14, n. 2, p. 209-218.
- SOUZA, G. T. (2002). *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo de Bakhtin/ Volochinov/ Medvedev*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.
- SPOLSKY, B. (2004). Language practices, ideology and beliefs, and management and planning. In: *Language Policy*. Cambridge: CUP, p. 1-15.
- SPOLSKY, B. (2009). *Language management*. Cambridge: CUP.
- UIWE, F. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed.
- VOLÓCHINOV, V. (2013). *A construção da enunciação e outros ensaios*. Tradução de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores.
- VOLÓCHINOV, V. (2017). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova. São Paulo: Editora 34.

Recebido: 14/01/2019

Aceito: 18/07/2019

Publicado: 17/10/2019